

Mudança perversa

■ Arrecadação maior virá de salário menor

CRISTIANO ROMERO E
FLORA HOLZMAN

BRASÍLIA — Os técnicos da equipe econômica calculam que a criação da alíquota de 30% renderá um ganho adicional de apenas US\$ 60 milhões mensais em 1994, enquanto a recriação da alíquota de 10% e a redução do limite de isenção do IR permitirão uma receita mensal superior a US\$ 100 milhões. Esses cálculos confirmam que a maior parte dos ganhos de arrecadação que o Ministério da Fazenda está estimando, com as mudanças do Imposto de Renda para o próximo ano, será obtida em cima daqueles que ganham salários mais baixos.

Hoje a receita arrecada anualmente cerca de US\$ 6 bilhões com o IR de pessoas físicas. Desse total, 40% (US\$ 2,4 bilhões) são pagos pelos contribuintes de maior renda, tributados pela alíquota de 25%. O restante vem do bolso dos assalariados enquadrados na faixa dos 15%, ou seja, aqueles que estão ganhando em outubro entre CR\$ 75.900 e CR\$ 148.005.

Com a criação de uma alíquota de 10% e a redução do limite de isenção, milhões de assalariados atualmente isentos do IR passarão a ser descontaados todo mês na fonte. Se a proposta for definitivamente encampada pelo ministro da Fazenda, Fernando

Henrique Cardoso, e aprovada pelo Congresso, significará um reforço de US\$ 1,2 bilhão para o caixa do Tesouro no ano que vem.

Divergências — Apesar de terem apresentado as várias alternativas de aumento da arrecadação ao ministro da Fazenda, os técnicos da Receita são contrários à redução do atual limite de isenção da tabela progressiva do IR de 1.000 Ufir (CR\$ 75.900) para 500 Ufir (CR\$ 37.950). Eles defendem o aumento da progressividade do imposto, mas consideram injusto taxar aqueles que ganham salários mais baixos. "O ideal seria trazer antes para o sistema aqueles que não estão pagando imposto nenhum", comentou uma importante fonte da Receita.

Quando Fernando Henrique pediu alternativas de aumento de receita tributária para 1994 deixou claro que, face à hipótese do Congresso não aprovar uma reforma fiscal ampla para vigorar a partir de janeiro, ele queria conhecer todas as possibilidades.

Dentro da equipe econômica os partidários de medidas mais duras estão alojados, segundo fontes da Receita, na Secretaria de Política Econômica. Os técnicos do Fisco acreditam que partem de lá as maiores pressões para a redução do limite de isenção. Segundo assessores da Receita, a proposta foi sugerida inicialmente pela Comissão de Reforma Fiscal coordenada pelo tributarista Ary Oswaldo Filho.